

Epistemologias do Sul, colonialidade e desocidentalização das ciências sociais¹

Edna Maria Ramos de Castro²
Universidade Federal do Pará, Brasil
PPGs em Desenvolvimento do Trópico Úmido/NAEA
e em Sociologia e Antropologia/IFCH

Introdução

O século XXI nos coloca diante da necessidade de repensar as transformações econômicas, tecnológicas e comunicacionais que tem produzido efeitos importantes na vida social, e nos instiga à busca de outras metodologias para sua compreensão e interpretação. Enfim, somos contemporâneos da emergência de um novo mundo social - de novos territórios sociais, afetivos, comunicativos, de significados e subjetividades.

Ao formular uma teoria das rupturas na cultura em relação ao passado, Appadurai (1996) busca entender as trocas culturais na globalização. Parte da perspectiva histórica, percorre as trocas culturais da colonização europeia de outros continentes (CASTRO, 2010). As guerras e missões religiosas foram essenciais no trânsito de culturas - e o processo acelerado de transferência de tecnologia e de inovações, sobretudo com a Revolução Industrial no final do séculos XVIII e XIX que reforça o papel desses processos na dominação européia sobre as colônias, na sobreposição de mundos que Appadurai chama de *eurocoloniais*. Mostra canais permanentes de tráfego de ideias, valores, obras de arte, pessoas, subjetividades, e difusão assimétrica da dominação cultural em todas as dimensões. O trânsito complexo de culturas e a ocidentalização do mundo, para ele, é fundamental na construção de “*comunidades imaginadas*”, no sentido, conforme esclarece, aplicado por Benedict Anderson (2004).

Novas questões estão sendo postas ao conhecimento e aos paradigmas com os quais as ciências sociais procuraram entender e interpretar a sociedade. Sejam sociais, econômicos,

¹ Esta comunicação foi submetida para ser apresentada à Mesa 6 - Desafios actuales para la metodología: ¿cómo explicar procesos emergentes en América Latina?, programada pelo VI Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales (ELMeCS), realizado de 7 a 9 de novembro de 2018 na Universidad de Cuenca, cidade de Cuenca, Ecuador.

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professora Titular da Universidade Federal do Pará, atuando nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido/NAEA e em Sociologia e Antropologia/IFCH, Belém, Brasil. Pesquisadora de Produtividade do CNPq.

políticos, ambientais, eles desafiam o entendimento de práticas e processos, como aqueles referidos ao desenvolvimento. E é nessa perspectiva que pensamos a revisão paradigmática, a respeito de temas deixadas à margem nas análises do desenvolvimento, como as referências ao lugar (ESCOBAR, 2003; SPIVAK, 2008) e à descolonização do conhecimento (GUIJANO, 2002; MIGNOLO, 2008) que tornam-se, a nosso ver, prioritários na reflexão. Mas que teorias teriam a força de romper com as generalizações político-ideológicas presentes nas interpretações do desenvolvimento que são marcadas pela perspectiva evolucionista, classificadora e hierarquizante? Como entender os fundamentos da racionalidade que estiveram na base da legitimação de discursos e práticas classificatórias de países no sistema mundial? Essas perguntas já fomentaram debates no passado como a crítica à razão reducionista nas interpretações sobre a sociedade e a economia brasileira.

Certamente também o olhar transnacional se impõe como perspectiva de pesquisa sociológica, mas sem perder o interesse central nos processos que ocorrem por agentes e suas agências, no lugar, no território, na experiência social construída e vivida. Entendemos que isso possa ser iluminado também pela teoria crítica feminista e estudos subalternos que tem contribuído para abrir a fronteira da interdisciplinariedade e do conhecimento, identificando novos objetos, novas problemáticas, e epistemologias. Reinventar as ciências sociais como desafio e ruptura, em Wallenstein (2004).

Os argumentos e dados a serem mostrados no texto final decorrem da releitura de autores do pensamento crítico e notadamente do pensamento social latino-americano e da observação de processos contemporâneos em vários países latinos. Pensamos o desenvolvimento na perspectiva da teoria de campos, conforme Bourdieu (1989), entendendo o campo como dimensão teórica-metodológica que permite interpretar a produção de sentidos a partir dos lugares dos agentes e de suas práticas na disputa no campo. Parte dos dados empíricos decorrem de pesquisas realizada em países da América do Sul, sobre a experiência de mobilização de grupos sociais, de suas lutas em defesa de territórios e de territorialidades no contexto da globalização e da hiper-modernidade.

Buscamos neste texto, ao formular uma crítica à racionalidade ocidental, a partir do reconhecimento que aprendemos os cânones da ciência social que é ocidental, e abordagens derivadas de suas teorias, repensar as possibilidades metodológicas na perspectiva dos estudos pós-decoloniais conforme o pensamento social crítico latino-americano. Um primeiro ponto é reconhecer a insuficiência das teorias que manejamos para dar conta da diversidade

da experiência social do mundo, e da possibilidade de romper com os esquemas de interpretação dominantes, ou da concepção de uma ciência pretensamente universal, e reconhecer o desafio da pluralidade de sistemas de conhecimento, ou de epítomes que contrariam, na prática, os processos convencionais de validação do conhecimento. Tais rupturas orientam para outras metodologias e também para uma perspectiva interdisciplinar.

Em outras palavras, o desafio é de descentralizar o olhar, ou de produzir uma inversão do olhar. Isso significa adotar outro (os) paradigma (s) para o entendimento seja de fenômenos emergentes, a exemplo das diásporas e dos conflitos produzidos mundo afora, das mudanças de linguagens e de comunicação, dos deslocamentos de grupos com a intensificação da globalização, dos novos movimentos sociais, étnicos, de gênero e de raça, de raízes territoriais e ao mesmo tempo podendo ser transnacionais. A imaginação para Benedict Anderson é uma característica constitutiva da subjetividade moderna, dos sentimentos de identidade que são importantes à compreensão do processo de globalização.

A questão central, porém, diz respeito à inversão do olhar no sentido de reconhecer as realidades latino-americanas como portadoras de sentido que escapam ao entendimento fora de um contexto da experiência social vivida, com suas regras próprias de linguagem, cultura e ação política. Nosso interesse não é apenas de refletir sobre a diversidade social, étnica e de saberes presentes em países do Sul, mas interrogar em que esses saberes contribuem para repensar a sociologia hoje. Os paradigmas das ciências sociais, ao contrário de iluminar os saberes do “outro”, notadamente de sociedades do Sul, produziram seu obscurecimento e negação. As teorias pós-coloniais tem procurado desconstruir interpretações sobre os mecanismos de dominação, seja de imagens, ideias e crenças, e sua naturalização, e entender também os processos pelos quais o “outro”, as sociedades latino-americanas foram inventadas.

1 - Estudos pós-coloniais e pensamento latinoamericano

A imaginação como característica constitutiva da subjetividade moderna, *dos* sentimentos de identidade, segundo Appadurai (1996) são importantes à compreensão do processo de globalização. Sob outra ótica da crítica ao modelo capitalista de produção, Polanyi (1966) não via a homogeneização como inexorável ao inverter o entendimento dominante da prevalência da economia sobre a sociedade. Para ele, o desenvolvimento capitalista, como processo social, permite integrar a forma mercantil de trocas e a não mercantil, onde percebe

primazia das relações sociais. Considera a diversidade de formas sociais tencionadas, mas complementares, abrindo a perspectiva de entendimento da multiplicidade de experiências sociais, de sua efetividade, e das quais derivam ações e estratégias coletivas contextualizadas. Assim, pode coexistir a tendência dominante de regulação do mercado capitalista e as dinâmicas da sociedade que reproduzem formas autônomas de economia e instituem sua regulação independente da forma mercantil.

A globalização corresponde a uma expansão da economia de mercado, marcada por processos de violência e expropriação (ESCOBAR, 2003), causando deslocamentos compulsórios de população de trabalhadores de seus territórios de vida e de trabalho como descreve em lugares de conflito do Pacífico colombiano. Ou observados com a implantação de mega projetos de investimento (infra-estrutura hidrelétricas, rodovias, ferrovias), na Amazônia brasileira e peruana, e que servem à análise de casos de expansão do mercado em direção às terras ocupadas por populações tradicionais, e a incapacidade do modelo de modernização em fomentar um desenvolvimento de acordo com a diversidade social, cultural, étnica e política que se expressa no local.

A crítica radical ao colonialismo é também ao modelo de desenvolvimento dele derivado. Ela teve maior desenvolvimento a partir dos estudos de Edward Said (1996), com o livro *Orientalismo*. Por óticas teóricas diferentes, vários autores vem contribuindo com a construção das interpretações pós-coloniais, ressaltando a violência em vários sentidos, como dominação e subjugação de pessoas e modos de vida ao pensamento produzido *fora*, na *metrópole*, e por isso, na expressão de Guerreiro Ramos (1996), deve, necessariamente, ser submetido à *redução sociológica* como crivo radical no processo de dominação pela circulação de ideias. E a produção de imagens classificadoras do outro.

Said em *Reflexões sobre o exílio, e outros ensaios*, examina quatro noções e mostra seus lugares no construção do pensamento de alteridade, que são a de representação, colonizado, interlocutores e antropologia. E justamente procura explicar a deficiência conceitual para entender o “outro”, e como o jogo de linguagem, seja da representação, impede uma compreensão do lugar do colonizado, lugar este estudada pela antropologia e que constitui constrangimentos na construção do olhar que é colonial sobre os povos não ocidentais, ou sobre o outro do oriente, ou da África e das Américas. Nesse sentido explicita:

A noção de colonizado apresenta seu próprio tipo de volatilidade. Antes da Segunda Guerra Mundial, os colonizados eram os habitantes do mundo não-ocidental e não-europeu que haviam sido controlados e amíúde assentados à força pelos europeus. Assim, o livro de Albert Memmi siava ambos, colonizado e colonizador, em um mundo especial, com suas rompias leis e situações , do mesmo modo como Franz Fanon, em *Os condenados da Terra*, falava da cidade colonial dividida em duas metades separadas que se comunicavam pela lógica da violência e da contra-violência. Quando a ideia de Alfred Sauvy sobre os três mundos se institucionalizaram em teoria e práxis, o colozado se tornara sinônimo de Terceiro Mundo”. (SAID, cxx, pag. 115).

A história das Américas passou a estar irreversivelmente relacionada à África pelas suas correntes de migrantes forçados, ungidos para a escravidão nos países de colonização inglesa, francesa, portuguesa e espanhola, nas Américas - uma presença colonial contínua das potências ocidentais em várias partes da África e da Ásia (SAID, 2004, pag. 115). Esse projeto chamado pelos brancos de civilizador, teve desde o início uma determinação geopolítica de poder e construção de um capitalismo mais avançado embora com bases comerciais e na exploração de produtos naturais. Quijano setenta a tese da impossibilidade de se falar na modernidade sem sua estrutura parte que e a colonização. Em outras palavras, a modernidade e o apogeu poético da Europa, como um conjunto ou em seus países mais proeminentes economicamente, cada um de per si, não seria possível sem a descobria das Américas e do saque que passou a ser empreendido como ambição e obsessão maior do processo “civilizador” e da catequese de gentios, e da escravismo de africanos e de indígenas. Herança que os países depois da independência conseguiram resolver de formas diferentes, mas na realidade não resolvendo o fundamental que permaneceu nas relações coloniais internas que soldou a cultura da dominação, como nos mostra Said (2004):

O racismo continuava a ser uma força importante, com efeitos mortais em guerras coloniais terríveis e sociedades rígidas e fechadas. Portanto, a experiência de ser colonizado significou muito para regiões e povos do mundo cuja experiência como depentes, subalternos, e súditos do Ocidente não acabou - para parafrasear Fanon - quando o último policial branco partiu e a última bandeira europeia foi arriada. Ter sido colonizado era uma sina com conseqüências duradouras, injustas e grotescas, especialmente depois da conquista da independência nacional. Pobreza, dependência, subdesenvolvimento, variadas patologias de poder e corrupção e, por outro lado, realizações notáveis na guerra, na alfabetização, no desenvolvimento econômico: Essa mistura de características assinalava os povos colonizados que

se haviam liberado em um nível, mas permaneciam vítimas de seu passado em outro: (SAID, 2004, pag. 119).

Tal formulação teórica tornou-se chave nos estudos pós-coloniais. E tem certamente influenciado, mais recentemente, desde a segunda metade do século passado, relenaras sobre a história social e a formulação criticado pensamento social latino-americano. O tema de desenvolvimento tem sido tratado sob interpretações críticas e, sobretudo a-críticas. Em todo caso, a revisão dessa literatura revela o campo do desenvolvimento nos anos 1950 e seguintes, até à atualidade, e que deram seminal contribuição ao pensamento sobre a América Latina. Na realidade os temas sobre desenvolvimento ocuparam uma boa parte dos estudos nas cendais sociais na segunda metade do século XX. Encontramos Anibal Quijano, Gino Germani, Mauro Marinho, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Mariátegui, Octavio Ianni e Edgard Lander, entre muitos outros autores. Este ultimo traça um balanço dessa produção e indica as linhas teóricas criticas nelas encontradas. Teorias e estudos feministas, na America Latina ajudaram a descontrair, para alem das ideologias e do patriarcalismo, objetos e metodologias nas ciências sociais, avançando na perspectiva dos estudos pós-coloniais. Para avançar no conhecimento de processos emancipatórios e superação de formas tradicionais e autoritárias de conhecimento, são importantes recorrer a temas e problemas de pesquisa que tem privilegiado as contribuições epistemológicas vindas das teorias feministas e dos estudos de gênero.

Na mesma direção da critica ao pensamento ocidental sobre a America Latina e mesmo da critica interna a construção de um ideário de desenvolvimento, autores como Arturo Escobar (1999, 2003), Acosta, (2013), Gudynas (2013) tem contribuído com formulações conceituais importantes para o entendimento das dinâmicas nas fronteiras entre o capital, a justiça social e ambiental e a construção da democracia.

Appadurai (1996), Banerjee (2006) e Santos (2000) partem, como dimensão comum, do entendimento do discurso do desenvolvimento equivalente à da construção do outro, no discurso colonial, e que se expande como forma de representação das sociedades do sul, ou ainda, o reconhecimento e a reafirmação das epistemologias do sul.

Cabe ainda ressaltar os estudos voltados aos mitos coloniais fundadores da conquista do continente sul-americano. O mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessaram os séculos e ainda constituem uma chave do entendimento das sociedade latino-

americanas atuais e dos sonhos que mobilizaram agentes e acionamentos (SILVEIRA, 2012; CASTRO, 2014; 2015), e legitimaram a ordem ocidental o extermínio de povos e culturas. Na realidade a crença no desenvolvimento sempre implicou a ideia de progresso, e no sentido econômico, e no qual também se funda a noção de modernidade. Assim, as teorias discorrem sobre a função social das crenças na ciência e no modelo de desenvolvimento adotado. O desenvolvimento como um sistema de crenças que se estrutura sobre os interesses relacionados à expansão mundial de sistemas de mercados integrados.

Um ponto de centralidade, a nosso ver, diz respeito à renovação das ciências sociais do desenvolvimento. Teria que considerar a ruptura de paradigmas no campo do desenvolvimento, seja pela crítica à produção do conhecimento e de suas condições (SAID, 1996, ESCOBAR, 1999; SANTOS, 2000), seja pelas formulações que interrogam a formação de um campo dos estudos pós-coloniais, como assinala Said (1996) ao longo do livro *Orientalismo* onde rompe com interpretações da cultura européia sobre os países no Oriente, catalogados exaustivamente através de imagens, como inferiores e exóticos. Said (1996) as entende como invenções políticas, estrategicamente alimentadas e reducionistas da cultura de países do Oriente. E por isso inferiorizante no jogo de representações e imagens do “outro”. Assinala que antes do século XVIII, as imagens do Oriente que eram trazidas às culturas ocidentais estavam marcada por representações pejorativas dos povos e culturas do Oriente transformadas por dispositivos de simplificação. O lugar distorcido do outro se constrói na relação de alteridade, no caso evolucionista, como as imagens difundidas do índio nos relatórios de viajantes europeus do período colonial ou na correspondência oficial entre colônia e metrópole. O desafio das teorias pós-coloniais é desconstruir aquelas interpretações e os mecanismos de dominação que utilizam, como a construção de imagens, ideias e crenças. Pelas imagens se inventa o “outro” e desenha os limites e a natureza da “relação de alteridade”. Se trata de processos de dominação política e ideológica através da construção de imagens e de sua naturalização.

Em sua interpretação sobre o que chama de sociologia das ausências e das emergências Santos (2000) formula a crítica ao modelo da racionalidade ocidental – que chama de modelo da razão indolente. O autor sustenta a diversidade da experiência social no mundo e a obscuridade dos paradigmas das ciências sociais que a ignora, minimiza ou desvaloriza, e anota três eixos de argumentação: 1 - A experiência social no mundo - a tradição científica ou filosófica ocidental não reconhece ou considera relevante; 2. A experiência social desperdiçada – inclui dimensões do desperdício da experiência, da cultura, da sociabilidade e

das redes de trocas culturais; 3. A percepção dos espaços ausentes para tornar visíveis as diferenças e os movimentos alternativos. O que está sendo interpelado é a ciência como produto social e o próprio sentido do entendimento das sociedades humanas – e de suas singularidades. Reconhece Santos (2000) a *pluralidade de epístemes* enquanto sistemas de conhecimento. Conclui, portanto, pelo reconhecimento de sua pluralidade no mundo, e acaba por negar uma epistemologia de um saber único, hegemônico, e se torna, conseqüentemente uma contra epistemologia com efeitos simbólicos sobre a percepção do mundo e da ciência.

Essas análises são fundamentais a reflexão sobre pesquisas que realizamos há vários anos na Amazonia brasileira e nas fronteiras com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, justamente na região fronteira conformada por florestas tropicais, por ecossistemas de alta biodiversidade de fauna e flora, e com diferenças entre si bastante acentuadas em relação a tipos de florestas e de cursos d' água, desde a floresta alta, florestas de várzea e de terra firme, mangues e igapós. Igualmente, se trata de uma grande área de ocupação por muitos povos indígenas, em todos os países que conforma a Pan-Amazônia, que é, nesse sentido, o território étnico de maior magnitude entre os encontrados na América Latina, com diversidade de culturas e línguas. E por isso essa região conhecida como Pan-Amazônia conforma também um espaço social de povos com saberes singulares sobre esses ecossistemas e formas de vida. Tem se mobilizado, em diferentes extensões da região e de países, com a formação de redes de resistência contra a destruição de seus territórios e cultura que passa, necessariamente, pela defesa da floresta e das águas ameaçadas pelo avanço da fronteira do capital - mineração, exploração florestal, hidrelétricas, monoculturas de soja, dendê, eucalipto, entre outros - em direção as áreas menos incorporadas as dinâmica do mercado capitalista.

2 - América Latina e o olhar sobre práticas desenvolvimentistas

Nos últimos anos, tornou-se mais evidente a retomada de políticas desenvolvimentistas e a tendência de crescimento em diversos países latino-americanos, apesar da mudança ocorrida nos anos 1980 e 1990, com o avanço do capitalismo neoliberal sob a ótica do Estado intervencionista, em função, entre outras, da globalização e da reestruturação econômica. A reforma política do Estado e as novas regulamentações indicam um movimento que contraria o projeto de sociedade plural, do ponto de vista da identidade cultural e das particularidades regionais.

Efetivamente, a América Latina como um todo passa por uma inflexão no cruzamento de
PAGE 16

mudanças nas políticas nacionais e nas dinâmicas econômicas. Essas dinâmicas apontam para riscos, incertezas e desastres sociais e ambientais, que têm sido sistematicamente minimizados ou ignorados inclusive pela academia, que tem adotado em suas pesquisas conceitos neoliberais como os de boas práticas, adaptação e resiliência na análise desses efeitos. Daí a relevância de retomar o debate sobre o modelo desenvolvimentista e suas consequências. A análise crítica implica em reconhecer que há problemáticas diversas que devem ser compreendidas, sobretudo as ações que tenham levado à supressão de direitos coletivos duramente conquistados nessas últimas décadas, cujos efeitos têm desdobramentos no conjunto da sociedade, na consolidação da democracia, nos direitos humanos e na conservação da natureza, enquanto sujeito de direitos.

A crise econômica recente, que provocou uma retração da dinâmica das trocas no mercado mundial, mostrou, mais claramente, a dependência da economia brasileira dos produtos primários, na matriz de recursos naturais. Se nas últimas décadas o Brasil diversificou o seu parque industrial e expandiu a sua inserção na economia mundial, não deixou de ser um país produtor e exportador de *commodities*, e aposta, prioritariamente, no aumento das exportações de minérios e alimentos para o mercado internacional. Com a globalização e a alta competitividade no mercado externo, no âmbito local, observa-se que as empresas nacionais e internacionais reforçam as suas estratégias de apropriação de terras e de recursos para investimentos imediatos ou futuros, com reserva de nichos de mercado, a exemplo do que ocorre hoje em diversos estados e regiões da Amazônia brasileira. Esse processo tende a profundar-se, se considerarmos a dinâmica econômica atual, a globalização dos mercados e o interesse na aceleração do crescimento econômico para assegurar a processo de acumulação e o domínio político em agendas globais.

Nesta perspectiva, o governo brasileiro adota um planejamento que se fundamenta na concepção metodológica denominada *visão estratégica*, na qual a Amazônia é considerada região central na produção de *commodities* minerais e do agronegócio, conforme mostram os projetos e ações governamentais de médio e curto prazo referentes à infraestrutura de transporte, de energia e de comunicação. Nesta lógica, define-se como prioridade o crescimento econômico, deixando de lado outras dimensões importantes da história social, semelhante ao que ocorreu com a cessão de terras e a liberação para a instalação do Programa Grande Carajás, nos anos 1970, durante o governo militar. As transformações em curso expressam a rapidez dos processos de apropriação de terras por parte do grupo

Há mudanças importantes nas dinâmicas econômicas, pois muitos governos da América do Sul (liberais e progressistas) apostaram em um modelo de desenvolvimento cuja dinâmica de acumulação do capital se assenta no avanço da fronteira do extrativismo de seus recursos naturais – minerais, florestais, energéticos, hídricos, pesqueiros e o agronegócio – que ocupam posições de prioridades nas relações do mercado de exportação. A esta dinâmica de expansão da fronteira do capital (CASTRO, 2012), tem correspondido outra, de resistência por parte dos movimentos sociais e das lutas pontuais, em resposta aos processos de desterritorialização, deslocamentos compulsórios, supressão de direitos e criminalização de grupos diversos, processos similares ao que vem ocorrendo em muitos países da América do Sul.

Adotamos aqui o termo *neoextrativismo*, pois implica numa trajetória de desenvolvimento sempre presente na América Latina, com processos de extração mineral e demais recursos para fins de mercado. Esse debate revelou certa sintonia no pensamento latino-americano com referência à oposição exportação de bens primários x industrialização. Apesar das linhas de interpretação distintas, sob a influência da CEPAL e de grupos acadêmicos em vários países, foi sustentada a tese da mudança da matriz de primarização e o engajamento na verticalização industrial de substituições de importação. No entanto, hoje estamos diante da retomada dessas dinâmicas, mas a produção em escala muito maior, que combina velocidade e intensificação da exploração de recursos. Neste cenário, a América Latina tornou-se um fornecedor de matérias-primas em grande escala, com infraestrutura capaz de atender grandes demandas. Por isso, no Brasil, a política nacional de infraestrutura tornou-se um dos eixos principais dos investimentos nos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), tributário da produção de *commodities*.

O saque à natureza agora é processado por grandes empresas com tecnologias performantes na capacidade de exploração mineral. Essa reestruturação do processo produtivo de *commodities* nos coloca diante de grandes impasses, frente ao choque de interesses econômicos com os direitos sociais, étnicos e da natureza sobre os territórios de cobiça.

Que desafios se impõem ao entendimento da lógica que preside o avanço desenfreado da produção mineral em novas províncias minerárias, inclusive com políticas de incentivos para atração de capital internacional, sem considerar as regras de segurança jurídica e de controle social? Que lógicas presidiram, nos últimos anos, os interesses na implantação de megaprojetos de infraestrutura (hidrelétricas, portos, rodovias e ferrovias) e a cessão de terras para empreendimentos com nomes e *donos inespecíficos*? A relação autoritária e

colonial e a promoção da violência, no sentido de Agaben (2014), estão presentes em vários planos da intermediação, e colocam à pesquisa a necessidade de um olhar sobre os agentes e suas configurações políticas, econômicas e ideológicas na constituição das relações de poder que transitam na base das dinâmicas atuais da mineração.

As formulações mais significativas, do ponto de vista da crítica teórica, têm partido de intelectuais e de movimentos sociais que discutem o desenvolvimento na contramão do pensamento dominante, no sentido da diversidade social, étnica, de gênero e de saberes presentes em países do Sul. Destacam-se as mobilizações políticas de diversas naturezas, na medida em que avançam as formas de homogeneização e aumentam as tensões e conflitos, a exemplo das lutas por afirmação de identidade, de posições, de territórios, entre outras lutas contemporâneas em várias países latino-americanos.

3 - Violação de bens comuns, ações coletivas e lutas sociais

O caráter pluricultural dos movimentos sociais em diferentes países da América Latina tem orientado a necessidade do diálogo em que se reconheça a diversidade étnica dos grupos sociais e das territorialidades no continente. Os atores locais, organizados em redes continentais e globais, apostam na possibilidade de reforçar a integração a partir das experiências regionais. A noção de integração adotada por eles ultrapassa o espaço da ação estatal, no âmbito de uma institucionalização supranacional, que tem viabilizado uma nova regionalização sul-americana. Por outro lado, os processos políticos recentes na América Latina apresentam mudanças no direcionamento dos Estados Nacionais, visto que vários governantes têm orientação democrática e popular e se dizem comprometidos com a diversidade sociocultural de seus respectivos países.

Por parte dos movimentos sociais, que vêm lutando em defesa dos direitos sociais, étnicos e ambientais, articulados em redes mundiais contra as barragens de rios, eles tem apresentado à sociedade argumentos que contrariam aqueles que defendem a construção de grandes barragens como solução energética. Considerando que 85% da energia consumida no Brasil vem de hidrelétricas, eles têm mostrado as razões para contestar esses empreendimentos, a natureza dos investimentos, os interesses em jogo, os principais beneficiários e, sobretudo, como essas dinâmicas produzem processos de desterritorialização de populações rurais, de territórios indígenas e quilombolas; deslocamentos forçados pelas inundações ou mudança na qualidade dos recursos florestais e aquáticos, impasses nas formas anteriores de mobilidade

pelos rios, e, por isso, inviabilizam formas de trabalho dessas populações, produção de gases e outros elementos químicos nocivo, que podem ser vistos na análise de efeitos de derrame, como assinala Gudynas (2013) nesta coletânea.

A trajetória de lutas e dos movimentos sociais na América Latina mostra mudanças importantes desde aquelas empreendidas pela redemocratização dos países que passaram por ditaduras militares nos anos 1960 e 1970 até as mais recentes. Nos anos 1990 são lutas que eclodiram em todo o continente, com novas formulações de direitos, ampliação de conceitos, definição de categorias identitárias e unidades de mobilização política. Além das lutas relacionadas ao trabalho e à reforma agrária, apontamos aquelas pela defesa de territórios sob ameaça, em função do modelo mineiro-agro-exportador dominante.

As lutas contra o avanço da fronteira do capital sobre os recursos da floresta, mineração e cursos d'água mobilizaram inúmeros atores a retomar o espaço da ação coletiva na Pan-Amazônia. Pode-se dizer que atualmente há uma sintonia nas narrativas dos movimentos sociais sobre várias dimensões na América Latina, o que leva a um campo de coerência significativo, apesar de ser necessário reafirmar a diversidade e a particularidade desses processos. Estes levaram a ampliar o leque da experiência política, sejam lutas em defesa do ambiente, como os *empates* associados à liderança de seringueiros e de Chico Mendes, a guerra da água de Cochabamba, a luta contra as plantas de mineração no Peru ou pela incorporação de novos direitos na constituição no Equador e na Bolívia, as campanhas contra a construção de hidrelétricas no Brasil e na Bolívia e, sobretudo, as lutas de povos indígenas, camponeses, quilombolas, atingidos por barragens, atingidos pela mineração ou pela estação aeroespacial, para permanecer nos territórios por eles ocupados, enfrentando as pressões da dinâmica de acumulação na fronteira do capital.

Vimos que a alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, dentre estas destacam-se as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna de setores econômicos que alteraram os processos de produção, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade. Seu entendimento requer que se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamentais para se identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais, que estão vinculados ao mercado global.

Os estudos têm mostrado como a produção de energia hidrelétrica está longe de ser limpa, se considerarmos todas essas dimensões que muitos países da América Latina não considera

como uma questão ligada à obras do setor elétrico. O discurso empresarial mantém, com alguma mudança, o slogan que aparece no Brasil dos anos 1950: somos uma empresa de energia e não de desenvolvimento. E, no entanto, em todos os países alteram o modo de vida de milhares de pessoas no planeta (SHIVA, 2000).

Um estudo concluído em 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, com o apoio do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas e da União Internacional para Conservação da Natureza, reunindo especialistas de 42 países, depois de analisar mais de mil empreendimentos de usinas hidrelétricas, recomendou “extrema prudência” nessa área. Em um século, construíram-se barragens em 60% dos rios no mundo, sendo mais de 45 mil barragens, considerando apenas as que têm mais de 15 metros de altura ou mais de 3 milhões de metros cúbicos de água represados. Nestas, foram investidos mais de US\$ 2 trilhões até 2000, com cerca de 60 milhões de pessoas deslocadas pelos empreendimentos. Processos de desterritorialização acompanham a instalação de grandes obras hidrelétricas, sobre o qual há vasta literatura produzida.

Ainda que se trate de projetos de geração de energia, tornou-se essencial entender o papel que a água e os cursos de rios volumosos passaram a ter, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, e sua relação com a coalizão de interesses privados em torno dos serviços advindos dos recursos hídricos. O empresariamento da Hidrelétrica de Belo Monte, uma das mega hidrelétricas construídas na Amazônia, foi palco de intensas mobilizações do movimento indígena e do Movimento Xingu Vivo para Sempre, conhecida pela violência e desrespeito à sociedade e à legislação ambiental, foi mantida pelo governo como obra prioritária do PAC I e II, apesar de mais de 20 processos dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, com poder de veto e paralização da obra. Estes, no entanto, não foram concluídos, tramitam na justiça, embora a obra tenha obtido Licença de Funcionamento³ (SEVA, 1989; CASTRO et al, 2014; FEARNside, 2011).

Foram e ainda estão sendo violados um extenso território do entorno, além dos processos de apropriação da terra, que se tornaram mais agudos e céleres após a decisão política e o licenciamento ambiental da obra aqueceram o mercado de terras e a grilagem, com elevação do preço do solo urbano, do aluguel a terras no entorno, o que pode significar um primeiro passo na direção da privatização de outros recursos e serviços relacionados à água e aos rios.

³ Em 2013, ocorreu um evento extremo de transbordamento do rio Madeira, atingindo níveis muito da sua calha normal, já alterada pela construção de duas megahidrelétricas – Jirau e Santo Antônio – que inundou a cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia e outras cidades, povoados e territórios de populações tradicionais no Brasil e na Bolívia.

Os grupos locais que criticam as barragens apoiam-se em argumentos em que se inclui a privatização do projeto, que, na sua visão, justifica as mobilizações e negociações em curso há mais de 20 anos para impedir a construção desses mega empreendimentos.

Investimentos na construção de grandes empreendimentos hidroelétricos no país estão associados à expansão da oferta de energia para atender principalmente o setor industrial, a agricultura intensiva em regiões de baixa pluviosidade e os grandes centros urbanos que estão em expansão. No caso das grandes obras hidrelétricas na Amazônia, o planejamento incorporou a transmissão de energia para grandes distâncias, em um sistema interagido nacionalmente.

O histórico da implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado por conflitos de interesses entre agentes econômicos, políticos, sociais e étnicos. Processos que também sinalizam velhas demandas de políticas públicas efetivamente realizadas por parte da sociedade como garantia de direitos à terra, à identidade e à reprodução da cultura, além de indenizações e mitigação dos impactos das hidrelétricas sobre os territórios ocupados por grupos sociais antes da implantação dos empreendimentos e outras contrapartidas compensatórias pelos danos sociais causados pelo represamento dos rios, e processos de desterritorialização. Configura-se, portanto, como um campo de disputa de poder por grandes agentes, mas também pela ação da resistência contra o modelo de desenvolvimento neoextrativista, por parte de muitos grupos envolvidos na construção da democracia e da renovação do campo de direitos sociais e étnicos, incluindo o entendimento da natureza como sujeito de direitos, numa perspectiva emancipatória.

Alguns considerações inconclusos

Os exemplo examinado neste texto nos conduz a situações concretas que nos permitem compreender melhor a relação colonial que perpassa os processos chamados de ‘desenvolvimento’ no Brasil, e portanto a atualidade da relação colonial interiorizada em indivíduos, em instituições e nas políticas nacionais e regionais. Expõem ainda, na mesma estrutura que liga herança colonial e escravista, atualizada no presente, as formas de mando e de poder instauradas na relação sociedade x natureza, mas de um Sul (do Brasil) mais desenvolvido e com índices tecnológicos superiores aos do Norte, e que por isso se situa como “bandeirante”, ou promotor do atual processo de colonização da Amazônia e de "catequese" de seus habitantes, por princípio, ignorante, incapaz, preguiçoso e inculto, tal qual a sociedade é vista; e também assim é vista a natureza, diga-se, no caso da Amazônia, se trata de uma

floresta tropical exuberante pelo seu tamanho e beleza, pela sua rara biodiversidade de fauna e flora. Região que abriga uma grande parte de povos indígenas, multiculturalidade, multi-
línguas, multi distemos de conhecimento. A maior floresta tropical ainda preservada no planeta, cm funções ambientais fundamentais seja pela regime de águas, de pluviometria, de captura de carbono, e de regulação da vida em cadeias ecológicas altamente complexas.

Assim, como nos esclarece Said (2004) ao analisar o papel do interlocutor no jogo simbólico de relações de poder, essa situação tem a ver com uma colonização interna, e na quel figuras que podem ser instituições, empresas ou órgãos do estado, representadas ou não por indivíduos, se auto-intitulam “desbravadores”, e por isso instituídos de um poder recém produzidos, como donos do ‘outro’, sejam seres humanos ou não-humanos, sejam camponeses ou indígenas, sejam favelas ou pequenas cidades, seja qual for o território a ser ocupado pois por ele desejado, e imediatamente considerados vazios de pessoas e de cultura, de história e de memória, de projetos e intervenções e. portanto, no qual se atribui o direito de ocupar, saquear, devastar, poluir, e produzir tragédias humanas e não-humanas.

Portanto, na situação colonial, um interlocutor é, por definição, alguém complacente e que pertence à categoria do que os franceses chamavam na Argélia de ‘*evolué*, *notable* ou *caid* (enquanto os grupos de libertação nacional reservavam para essa classe a designação de *Beni-wéwé*, “negro do homem branco”), ou, então alguém que, como o intelectual nativo de Fanon, se recusa a conversar e decide que so mente uma reação radicalmente antagonica, talvez vileta, constitui a única inter locução possível com o poder colonial” (SAID, 2004, pag. 121)

Traçando um paralelo, podemos dizer que esse é o padrão vivido no presente, muitas vezes onde o *Beni-wéwé*, se reproduz no contexto das classes sociais, e podemos mesmo identificar nas práticas coloniais de políticas nacionais em relação à região Amazônia, em certas organizações não governamentais, sobretudo vindas de países ditos “desenvolvidos”, por parte das empresas entre as quais as corporações e os consórcios de mega empreendimentos, pois são performantes no modo operandi colonial.

Mas, também, e é o que nos interessou em particular neste texto, chamar atenção para o trabalho de cientistas sociais, sociólogos e antropólogos, ou outras instituições imbuídas do trabalho científico e de pesquisa. Considera-se as rupturas metodológicas, a partir da crítica à submissão à teorias produzidas a partir de outras realidades. Entendemos a necessidade de atualizar a pesquisa sobre a experiência social em toda a sua complexidade, como modus operandi. A experiência calcada no cotidiano rural-urbano e dos povos que habitam essa imensa região

amazônica que atravessa nove países latino-americanos (Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Perú, Bolívia e Equador).

Faz parte do pensamento de colonização do outro, de sua desclassificação e não reconhecimento como sujeito de direitos. Essa razão instrumental é a mesma que informa a crítica ao ocidentalismo e a formação de imagens e representações classificadoras que apetece no pensamento latino-americano. E nessa perspectiva da crítica que os movimentos sociais ao longo da Pan-Amazônia - indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores, entre outros - tem escrito a história recente seta região, transformando as tensões provocadas pelos agentes de mercado que chegam para ocupar essas novas fronteiras de recursos naturais, em resistência e lutas, sozinhos ou juntamente com entidades de apoio.

Os processos impetrados pela sociedade local junto ao Ibama, ao Ministério Público, ao Ildefonso e a outros órgãos federais, estaduais e municipais foram sistematicamente sacrificados sem grandes justificativas a não ser de ordem política e da prática colonial que atravessa os poderes do Estado, produzindo, o campo judiciário, justificativas com base na própria legalidade que as desampara. Isso aponta na direção de fomentar ainda mais o debate sobre as relações coloniais que atravessam a sociedade. E também a necessidade de maior debate e clareza sobre as formas de extrativismo como o da mineração, os riscos e incertezas produzidas por esse tipo de atividade. Além de poluente em alto grau, vem acompanhado de conflitos sociais com as populações ali existentes, provocados pela alteração da qualidade do ar, da água, das práticas de trabalho na agricultura e na pesca ou, ainda, pela disputa de terras ocupada pelas populações por parte das mineradoras, que requerem o direito de uso do solo ou subsolo.

Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição In: *Descolonizar o imaginário. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*, 2016. p. 46-85

AGAMBEN, G. Comment l'obsession sécuritaire fait muter la démocratie. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2014/01/AGAMBEN/49997>> Acesso em: 20 fev. 2014.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

- BANERJEE, S.B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. ; GUERRA, L. (Orgs.). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989. cap.7.
- CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W. CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Eds.). *Amazônia, Região Universal, Teatro do Mundo*. São Paulo: Globo, 2010.
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Salvador. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 25, n. 46, p. 45-62, 2012 (Dossiê Amazônia, Fronteiras e Poder).
- CASTRO, E.; RODRIGUES, J.; HAZEU, M. Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. In: CASTRO, E.; FIGUEIREDO, S. *Sociedade, Campo Social e Espaço Público*. Belém: NAEA; UFPA, 2014
- CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 225-246.
- ESCOBAR, A. After Nature: Steps to an Anti-essentialist Political Ecology. *Current Anthropology*, v. 40, v. 1, p. 1-30, 1999.
- ESCOBAR, A. Actores, Redes e Novos Produtores de Conhecimento: os movimentos sociais e a Transição Paradigmática nas Ciências. SANTOS, B. S. (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'Um Discurso Sobre as Ciências' Revisitado*. Porto: Afronta, 2003.
- FEARNSIDE. P. M. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 14, n. 1, p. 5-19, 2011.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 16. No 53 (Abril-Junio, 2011) Pp. 71-83*
- MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1966.
- QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, n.37, Ano 17, 2002.

SAID, E. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAID, E. *A reflexão sobre o exílio e outros ensaios.* São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, B. de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes.* In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina; CES, 2009. P. 23-71.

SEVÁ FILHO, A. O. *Obras na Volta Grande do Xingu: um trauma histórico provável?* In: ANDRADE, L.; SANTOS, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas.* São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

SHIVA, V. *Guerra por água: privatização, poluição e lucro.* 180p

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Estudios de la subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía.* In: Silvio. Mezzadra (org.). *Estudios Postcoloniais: Ensaio Fundamentais.* Madri: Traficante del Sueños, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel - *Impensar las ciencias sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos.* Siglo XXI de España Editores, S.A, 2004